



Porta de Machede - Porta da Mesquita: Notem-se a ligação viária entre a R. de Machede e o Largo Sr. da Pobreza, o prolongamento viário entre este e o Largo dos Castelos e a construção perpendicular à via nos terrenos do actual hospital.



Colégio Verney - Porta do Raimundo: Notem-se a “expansão da área edificada” do colégio, a reformulação e criação de novas vias de interligação entre a R. Romão Ramalho, a R. Bernardo de Matos e a R. do Raimundo e entre a Tv. da Palmeira e a Tv. dos Acúcares. Além de um parque de estacionamento subterrâneo adjacente à R. Romão Ramalho.



R. de Serpa Pinto - R. do Raimundo - Largo 1º de Maio: Notem-se as novas ligações entre a R. de Serpa Pinto e a R. do Raimundo e entre esta e a zona do mercado.

A segunda sessão do debate público promovido pelo Grupo Pro-Évora sobre o Estudo de Enquadramento Estratégico para a Área do Centro Histórico de Évora (efectuado pela empresa Parque Expo por encomenda da Câmara Municipal de Évora) teve como tema Reabilitação, Construção/Demolição. Habitação e Turismo. Realizada no dia 20 de Maio, dos principais aspectos referidos damos conta nesta página – em próxima edição apresentaremos a síntese da terceira sessão.

Arquitecto Jorge Pires (SRU Évora Viva) DEFESA DO ESTUDO DA PARQUE EXPO

Para apresentar os aspectos específicos do estudo da Parque Expo sobre o tema da sessão, esteve presente o Arq.º Jorge Pires, administrador executivo da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) Évora Viva.

Na sua intervenção, Jorge Pires não se centrou no tema, mas optou por fazer um enquadramento geral do documento e da acção da SRU, tendo igualmente repetido as generalidades afirmadas na sessão anterior pelos representantes da Parque Expo acerca das unidades operativas e dos projectos estruturantes.

A defesa do estudo foi feita a partir de conceitos como atractividade, competitividade, salvaguarda de valores, habitabilidade... dirigidos ao Centro Histórico, e que a «nova geração de projectos», ou «ideias» e «soluções», constantes do documento, fazem valer, no seu entender. Pretende-se também «dar coerência e coesão ao território» para que se possa «deixar de falar de uma cidade intramuros e uma cidade extramuros».

A chamada “governância” foi também objecto da intervenção do Arq.º Jorge Pires, e é neste capítulo que a SRU assume um papel central, pois ela constitui a entidade decisiva em todos os processos de “reabilitação urbana” – elaboração dos documentos estratégicos, expropriações, licenciamentos e autorizações, outras formalidades. De destacar é o «envelope fiscal», que prevê alguns incentivos fiscais, sobretudo de âmbito municipal, a quem invista na recuperação do edificado.

A defesa que o Arq.º Jorge Pires fez do estudo mereceu mesmo um público louvor por parte do Presidente da Câmara, já no final do debate que se seguiu.

Se o leitor pretender ter um conhecimento completo do documento (que o orador sintetizou por meio de uma apresentação em “Power Point”), poderá obtê-lo na Internet, no “site” www2.cm-evora.pt/parque%20expo/default.htm.

Debate IMOBILIÁRIO, DESCARACTERIZAÇÃO E CIDADANIA

Tal como na sessão anterior, depois das intervenções do Arq.º Jorge Pires e da Arq.ª Aurora Carapinha, abriu-se o debate a todos os interessados, entre a muita assistência presente. Sintetizamos o essencial das intervenções.

Foi assinalada o curto prazo para a realização dos projectos (dez anos), o que faz deste «um plano violento». O teor das intervenções propostas foi também considerado violento, dadas as alterações previstas para os edifícios, o perfil das ruas, a atracção do automóvel por meio de parques de estacionamento subterrâneo, com graves consequências na descaracterização do tecido urbano do Centro Histórico e da sua vivência. Foi defendido que as intervenções «têm que ser feitas com as pessoas» e não pelo cumprimento de projectos a elas estranhos.

O estudo foi acusado de constituir fundamentalmente um processo de promoção imobiliária e de não valorizar a importância da cultura na vivência da cidade. Houve também quem receasse que não haja suficiente

discussão, ou que esta não seja tida na devida conta pelos decisores. Foi mesmo questionado se valeria a pena o esforço de cidadania que as muitas presenças ilustravam, acentuando-se a necessidade de um melhor esclarecimento dos propósitos globais e de muitos aspectos específicos do documento. Nem o modelo de cidade pretendido está satisfatoriamente exposto, apesar de dever constituir um elemento prévio ao estudo.

Foi também questionada a compatibilização do comércio tradicional com a criação de centros comerciais, como é o caso do previsto para junto das Portas de Avis.

O Rossio de S. Brás foi também referido, ao ser constatado que este estudo prevê uma área de construção muito superior à do projecto já aprovado, contrariando também o Plano de Urbanização vigente.

Prof.^a Arq.^a Aurora Carapinha

ESTUDO NÃO RESPEITA O ESPAÇO E O TEMPO DA CIDADE

A Prof.^a Arq.^a Aurora Carapinha, da Universidade de Évora, foi a convidada do Grupo Pro-Évora para comentar o estudo da Parque Expo nesta segunda sessão do debate que promovemos.

Aurora Carapinha começou por destacar o valor identitário que a cidade de Évora constitui e que é condição primeira para pensarmos o seu futuro. Retomando a crítica que fizera no debate da sessão anterior, considerou que o estudo «não é inovador e assenta num conceito ultrapassado» por ser inadequado à realidade do Centro Histórico de Évora. Fundamentou esta posição numa ideia de Françoise Choay (reconhecida autoridade internacional em matéria de património e urbanismo): «o património (conservar, valorizar, qualificar – note-se que não uso os termos revitalizar, revalorizar...) pode dar resposta a um dos grandes problemas antropológicos dos nossos dias, que é a anulação das diferenças, a supremacia do homogéneo, do uniforme, que a mundialização tem criado», disse a oradora.

Nas suas palavras, «actuar, gerir sobre o património é sobretudo readquirir, e passo a citar [F. Choay], “a competência de produzir e de continuar a produzir diferenças; ou, dito de outra maneira, as competências universais das quais emergiram a riqueza das identidades culturais das diferentes sociedades do mundo.” Ora o presente estudo, na minha opinião, não revela esta atitude de produzir a diferença nem de valorizar a diferença de que este património é portador. Senão, vejamos e permitam-me que aqui entre num campo que me é muito caro, a ocupação dos vazios que se situam no interior do centro histórico Falamos dos espaços abertos que são tão concretos, individualizados, significantes e identitários como os cheios (os volumes edificados que os delimitam). Constituem um sistema indissociável do tecido edificado, completam-se e reforçam-se mutuamente».

Segundo a Prof.^a Aurora Carapinha, o modelo adoptado no estudo «não respeita nem o espaço nem o tempo da cidade» e denota «uma ausência de compreensão do seu processo construtivo»: «é fundamental que estes espaços sejam reconhecidos enquanto estrutura indissociável do espaço urbano onde se integram. Eles pertencem ao contínuo cultural, ao sistema de elementos e conjuntos arquitectónicos (sob esta designação referimo-nos tanto aos volumes edificados como aos vazios) que constituem uma representação e expressão da cultura, que está associada à cidade, que funciona como um sistema de referenciação do espaço e do tempo. A ocupação destes vazios, a forma como é feita [no estudo] – ao não reconhecer a lógica do processo construtivo do lote e do quarteirão que, quanto a nós, foram determinantes na definição da espacialidade e da identidade do centro histórico de Évora – determina o desaparecimento da imagem que caracteriza a cidade histórica portuguesa.» Entre outros exemplos do estudo, apontou a incompreensão da função do muro no tecido urbano e a

construção perpendicular às vias, quando ela é tradicionalmente paralela – veja-se o que se preconiza para a Quinta do Paím ou para a zona do actual hospital

«Estamos, pois, perante uma proposta que se concretiza em dois momentos fortes de descaracterização do tecido urbano de Évora. Com a ocupação por edificação destas áreas, a estrutura verde da cidade ficará bastante reduzida não só em área mas sobretudo no seu papel fundamental de sistema estruturante contínuo e articulação entre as várias realidades urbanas dispersas, fragmentadas, em que Évora se constrói na actualidade; também a sua função ecológica (conjunto de trocas fundamentais ao nível dos ciclos da água, do ar e do solo) ficará comprometida. E é preciso fazer notar que o aumento de área da estrutura verde que é enunciado no documento não contabiliza aquilo que se perde, assim como a visão que se defende de estrutura verde é mais um somatório de pequenas intervenções (espaços verdes residuais) do que a noção e um conceito de estrutura contínua».

«O anacronismo do estudo em análise reflecte-se ainda na forma como se olha para o património e como se pretende geri-lo (visão aceitável nos anos sessenta, mas completamente peregrina nos dias de hoje). É notória a sacralização que o estudo propõe da Acrópole, referenciando-a quase como o único valor emblemático do Centro Histórico, negando assim o valor patrimonial do conjunto e sobretudo das continuidades e relações que as diferentes camadas e momentos históricos fundaram neste espaço. Sacralização essa muito tributária de uma exploração turística – visão esta que está presente em todo o estudo, revelando mais uma vez que o património não é reconhecido como um recurso (pela diferença que oferece), mas mais como um cenário».

Para Aurora Carapinha, o turismo é uma consequência, ou um sucedâneo, das vivências e das características patrimoniais da cidade, e não uma imposição condicionadora dessas vivências. Se a intervenção for dirigida à população, o turismo aproveita. Como recurso, o património «constrói-se mais de dentro para fora, ou seja: é criando oportunidades de bem-estar para as comunidades residentes que vivem e morrem neste centro histórico e nesta cidade – cidade do conhecimento, da cultura, infra-estruturada ao nível das novas tecnologias, assente em energias limpas, sustentável ecologicamente, plena de urbanidade, onde o peão é o protagonista – que a singularizamos, que lhe acrescentamos valor e possibilidade de futuro e se funda posteriormente uma valência turística». Ou seja, o inverso do que o estudo propõe.

Porta de Alconchel - Porta da Lagoa: Notem-se os prolongamentos de ruas e, sobretudo, a construção, de novo perpendicular à via, na Quinta do Paím, onde se encontra actualmente uma grande mancha verde, com um belo laranjal.



Zona entre a R. Cândido dos Reis e a R. do Cano: Notem-se a criação de uma rua entre o Largo Severim de Faria e a R. Manuel d'Olival, que implicará demolição de edifícios, o convite à “abertura visual” de logradouros e pátios privados, ou a construção, no gaveto da R. das Donzelas/R. do Arneiro, de dois edifícios com três pisos acima do solo e de um em cave. No próximo Largo de Avis, prevê-se um parque de estacionamento subterrâneo e de um espelho de água.



Rossio de S. Brás: Note-se a “constituição de uma nova zona de forte componente residencial” no sector nascente, “em diálogo” com a construção já projectada. Além de um parque de estacionamento subterrâneo para 1.100 lugares (mínimo), em dois pisos enterrados.